

IDENTIDADES DOS SUJEITOS DEFICIENTES

Edvan de Souza Santos¹

Resumo: Este artigo trata-se de uma investigação sobre as linguagens e as questões identitárias do indivíduo deficiente. Suspeita-se que esses conceitos não são devidamente conhecidos e aplicados no ambiente escolar. Dessa forma, busca-se identificar as práticas correlacionadas dos conceitos identidades e linguagens, no âmbito educacional e as suas diversas formas de “aplicabilidade”. Portanto, espera-se que a realização dessa investigação seja importante para a contribuição adequada de práticas pedagógicas e no processo de inclusão e aceitação das histórias/identidades dos sujeitos, no processo educacional, além de contribuir para as políticas públicas e a execução de ações práticas nos devidos ambientes sociais.

Palavras-Chave: Identidades. Linguagem. Deficiência.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a segregação possui raízes antigas e históricas, mas que por vezes, aparenta ser algo contemporâneo, com abordagens específicas e estrutura definida, apontando de alguma forma a participação da cultura, como ponto central na interpretação da realidade e dos comportamentos sociais, além de direcionar a constituição da subjetividade, das próprias identidades e da pessoa como um ator social. Assim como afirma Hall (1997, p. 16) “[...] a ação social é significativa tanto para aqueles que a praticam quanto para aqueles que a observam[...].”

Enquanto professor e acometido de diversas práticas inadequadas no que diz respeito a compreensão das identidades e as linguagens dos deficientes em sala de aula e preocupado como os meus atos sociais,

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Letramento, Identidades e Formação de Educadores. Orientadora: Profa Dra Jailma dos Santos Pedreira Moreira. Endereço Eletrônico: professorredvansouza@gmail.com.

implícitos e explícitos, compreendo que este estudo investigativo contribuirá na erudição das questões identitárias e da diversidade de linguagens desses sujeitos. O propósito do trabalho é buscar entender as identidades e lançar olhares que venham contribuir para a formação de novas posturas no campo educacional, social e cultural. O buscar, o compreender e o elucidar são passos relevantes para entendermos esse universo.

Neste sentido é importante, inicialmente, comentar o conceito da palavra deficiência em seus dois campos que ocorrem mais discussões, reformulações e adequações. Para a saúde este conceito relativo tem evoluído com o passar dos tempos, acompanhando, de uma forma ou de outra, as mudanças ocorridas na sociedade e as próprias conquistas alcançadas. A Organização Mundial da Saúde (OMS), no ano de 1989 conceituou deficiência como “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica; a incapacidade com toda restrição ou falta dela — devida a uma deficiência — da capacidade de realizar uma atividade”. No ano de 1997, através do manual da dimensão das incapacidades e da saúde (CIDDM-2) concebe a deficiência como “uma perda ou anormalidade de uma parte do corpo (estrutura) ou função corporal (fisiológica), incluindo as funções mentais”. E sobre as atividades, antes apontadas como incapacidades, passou a ser entendida como uma “dificuldade no desempenho pessoal” (Brasil — PNSPD, 2010).

Estes conceitos fazem-me lembrar de Foucault, no seu livro *Os Anormais*, especificamente em sua aula de 22 de Janeiro de 1975, quando ele analisa as três figuras que constituem o domínio da anomalia: o monstro humano; o indivíduo a ser corrigido e a criança masturbadora. Explorarei o primeiro domínio, para fins de conexão, pois considero mais próximo e pertinente para o conceito já apresentado. Ele diz o seguinte:

O contexto de referência do monstro humano é a lei. A noção de monstro é essencialmente uma noção jurídica — jurídica, claro, no sentido lato do termo, pois o que define o monstro é o fato de que ele constitui, em sua existência mesma e em sua forma, não apenas

uma violação das leis da sociedade, mas uma violação das leis da natureza (FOUCAULT, 1975, p. 69).

E ele continua a sua explanação sobre o monstro humano enfatizando “Podemos dizer que o que faz a força e a capacidade de inquietação do monstro é que, ao mesmo tempo que viola a lei, ele a deixa sem voz” (FOUCAULT, 1975, p. 70). Digamos assim que o domínio jurídico-biológico afeta de alguma maneira a construção de um conceito no contexto saúde para a deficiência, mas será que no contexto social ocorre alguma influência?

As questões sociais sobre deficiência são antigas, enraizadas em nossa sociedade de diversas formas, mas pontuando as mais próximas ou atuais, em meados da década de 70 as questões sobre deficiência estiveram subordinadas ao âmbito médico e de especialistas, período que caracterizou-se por uma abordagem na qual a deficiência era vista no lugar da pessoa.

A partir da década de 80, que sinalizou o ano internacional da pessoa portadora de deficiência (1981), preocupações foram apontadas e os movimentos construíram práticas diferentes para os deficientes, proporcionando, há época, a integração dos mesmos na sociedade e distorcendo os conceitos aplicados na década anterior. Na última década do século XX os movimentos possuem o objetivo de evoluir na busca de forma de integração, direitos iguais e redução no processo de exclusão e discriminação. Como exemplo podemos citar a Lei 8213/91 específica para a contratação de deficientes nas empresas.

Outra fonte de compreensão para o fenômeno da deficiência é a psicologia social que não negligenciando a possível incapacidade física, motora ou psíquica do sujeito, considera que: “Uma teoria da deficiência não deve apenas explicar como as deficiências operam [...], mas deve ser capaz de explicar como as pessoas em geral lidam com as diferenças [...]” (OMOTE, 1994, p. 69).

Bonin (2010, p. 58), diz que para compreender o ser humano, além de estudar seu corpo e sua origem animal, é necessário pesquisar, principalmente, como ele se constitui em um contexto sociocultural. Sendo assim, o conceito de deficiência no âmbito social deve ser considerado a partir de diversos olhares, além do físico, pois não deve-se desconsiderar as limitações, mas muito mais importante que observar única e exclusivamente as limitações físicas deve-se entender o processo de participação e ou inclusão social deste sujeito.

Neste sentido, considerando a possibilidade de desconstrução das visões essencialistas e hegemônicas, pode-se pensar no termo “identidade em política”, apresentado por Mignolo (2008, p. 289), quando ele diz que “é a única maneira de pensar descolonialmente[...]. Todas as outras formas de pensar [...] e de agir politicamente, ou seja, formas que não são descoloniais, significam permanecer na razão imperial; ou seja, dentro da política imperial das identidades”.

1 A DEFICIÊNCIA, SUAS TERMINOLOGIAS E INTERPRETAÇÕES

Com base nos conceitos apresentados por nossos dicionários, conseguimos identificar uma grande diferença nas definições das palavras “deficiência” e “deficientes”. Conforme o dicionário online de português a deficiência é apontada como “insuficiência orgânica ou mental. Defeito que uma coisa tem ou perda que experimenta na sua quantidade, qualidade ou valor”.

Já para o mesmo dicionário a palavra deficiente, como adjetivo, seria classificada “com algum tipo de deficiência, falta, erro ou falha; não satisfatório: aproveitamento escolar deficiente”. Além de “não possuir quantitativamente o suficiente; incompleto: planilha deficiente”. Já na classificação como substantivo “pessoas cujas as faculdades físicas ou intelectuais são diminuídas em comparação ao seu funcionamento esperado”.

Dialogar sobre deficiência é tentar encontrar soluções para algo que já foi inserido, de alguma maneira, na mente humana, como impossível

de aceitar, de conviver e de ser visto naturalmente, ou seja, uma herança cultural e baseada em conceitos pré-estabelecidos. Esta caracterização se dá a partir do momento que a limitação física é vista como algo não familiar, desconhecida e surpreendente, como Freud (1919) aborda em seu estudo sobre a categoria do estranho e conforme aponta Louro (2000), quando trata da Pedagogia das sexualidades e aborda a discussão sobre as várias formas de fazer-se mulheres e homens e aponta para construção social, suscitando uma renovação com regulações, condenações e negativas.

Foucault na obra *Vigiar e Punir*, quando descreve como seria a figura ideal do soldado, no início do século XVII, diz o seguinte: “O soldado é antes de tudo alguém que se reconhece de longe; [...] seu corpo é o brasão de sua força e de sua valentia [...]”. Ele ainda aponta alguns sinais para reconhecer os soldados mais idôneos. Estes sinais são na sua maioria de caráter físico, fazendo com que os que não possuem este perfil, sejam imediatamente excluídos. São eles: “a cabeça direita, o estômago levantado, os ombros largos, os braços longos, os dedos fortes, o ventre pequeno, as coxas grossas, as pernas finas e os pés secos” e conclui dizendo: “ [...] pois o homem desse tipo não poderia deixar de ser ágil e forte [...]” (2008, p. 117).

Esta percepção do corpo como algo fundamental para a execução de atividades, apontada por Foucault, ainda gera a construção de conceitos pré-definidos sobre como deve ser aquele que atenderá perfeitamente todas as necessidades, sejam elas de ordem pessoal ou profissional.

O que se faz esquecido, infelizmente, são os sentimentos e signos que os deficientes internalizam com todas as predefinições elaboradas sobre as suas limitações e os controles desenvolvidos com o intuito de balizar sua expertise. A desmotivação, a tristeza, o conformismo/comodismo, dentre outras reações sentimentais que penalizam, punem e docilizam os corpos destas pessoas, deixa claro para elas e os demais integrantes do círculo social, os ditos normais, que é

impossível a sua participação na sociedade e que aceitar a sua condição é a melhor opção.

Sendo assim, seria impossível falarmos sobre as identidades dos deficientes sem antes apresentarmos as “classificações/definições” impostas por conceitos que orientam e direcionam os pensamentos de muitos, sem distinguir ou pontuar o lugar social que estes indivíduos ocupam. Temos, assim, um campo extremamente complexo para discussão. Desta forma, optei por expor algumas definições de autores que escreveram e escrevem sobre identidades e as identidades dos deficientes.

De acordo com Hall (2006, p. 10) existem três conceitos diferenciados sobre o termo identidade: o iluminista, o sociológico e o da pós-modernidade. O iluminista defende a concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades da razão, de consciência e de ação, cujo o “centro” consistia num núcleo interior — individualista, o sociológico refletia a complexidade do mundo moderno, e consciência de que o núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas formado na relação com “outras pessoas importantes para ele” — “interação” entre o eu e o sujeito, já para o sujeito pós-moderno a sua concepção é de que não uma identidade fixa, essencial e permanente — identidade como uma “celebração móvel”.

Vygotsky (1981, 1984, 1989a, 1989b, 1993) concebe o homem como um ser sociocultural, afirmando que seu desenvolvimento se dá inicialmente no plano intersubjetivo (das relações sociais) e depois no plano intra-subjetivo (envolvendo o processo de internalização). Sendo assim, conceitos pré-formatados são fortes influenciadores da construção identitária do sujeito, possuindo um papel fundamental, assim como a linguagem, na mediação das interações e significação do mundo, além do direcionamento de que o sujeito não “serve” para aquele universo.

Assim, a relação do homem com o mundo não é direta, mas mediada como afirma Vygotsky. E as ocorrências de mediação

primeiramente são impostas por outros e só depois o sujeito se orientará. Esta afirmação leva a constatação que o desenvolvimento do reconhecimento do Eu, pressupõe a participação de outras pessoas. Para Góes (1998), as relações sociais constituem-se por intermédio dos processos semióticos e a construção da identidade só poderá ser examinada considerando-se a dinâmica de significados e sentidos produzidos e interpretados no jogo interativo do sujeito com o outro.

2 A INTERSECCIONALIDADE E A LINGUAGEM

Os dados do último Censo Nacional do IBGE (2010) informam que 23,91% da população são indivíduos com algum tipo de deficiência ou portadores de uma deficiência temporária. Esse informe é significativo por si mesmo, na medida em que afeta um quarto da população do país. Em muitos casos, conforme a deficiência, a pessoa pode ser excluída da convivência social. Esse percentual variou nos Censos anteriores de 0,18% em 1920 a 14,48% no ano 2000%, pois muitas tipologias de deficiência não eram computadas nos Censos Nacionais.

E porque citarmos os marcadores sociais, como os dados do censo, para tratarmos das questões identitárias? O que motiva estudarmos dados estatísticos e pontuais e vincularmos as tratativas ligadas a política de identidade? As múltiplas fontes de identidades devem ser desconsideradas quando interpretamos a deficiência? Devemos desconsiderar o percentual de aproximadamente 24% de uma população, totalizando cerca de 46 milhões de pessoas com alguma deficiência? Desta forma, as interpretações interseccionais possuem uma força no atual cenário social, pois permite traçarmos um panorama das práticas de exclusão, como o capacitismo (termo empregado como forma de tratar pessoas deficientes como naturalmente “incapazes” (PEREIRA, 2008; DIAS 2013; MELLO, 2016).

Para Piscitelli (2008), a interseccionalidade é um caminho viável para o estudo envolvendo dois ou mais marcadores de categorização social, ou seja, não mais tentar avaliar a realidade com base em apenas

um ou outro conceito. Como exemplo, posso apresentar uma homem-cis, negro e deficiente. Através desta “classificação” pode-se avaliar as questões de gênero, questões fenotípicas e as ligadas a deficiência e as suas correlações que constituem o ser perante a sociedade, resultando em formas de discriminação e possível interpretação de realidade social, impactando diretamente com as questões identitárias. Sendo assim, entende-se que estudar as identidades além de ser um campo com um grande grau de complexidade, torna-se ainda mais complexo quando avalia-se pontos que se inter cruzam e se correlacionam, desenvolvendo um constructo social extremista e limitante.

Nesta proposição, quando falamos de questões que possuem cruzamento e conexões, não podemos desconsiderar que tais fatores influenciam na composição do ser, sendo que o mecanismo mais forte, empoderador, símbolo de resistência e luta e propulsor de resultados mais justos e igualitários seria então a linguagem identitária. Para Lima (2015, p. 63) A linguagem “media e institui modos de ser, de viver e de conviver, revelando, também, intolerâncias, discriminações, preconceitos e racismos”.

É possível então compreender a força que a linguagem possui para o sistema de autoafirmação do ser deficiente e as suas atuações sociais, mas também deve-se considerar que a mesma linguagem é limitante e discriminatória do ponto de vista do “agressor”, entendendo que por vezes terminologias aplicadas como “Pessoa com necessidades especiais”, “Pessoa com deficiência”, dentre várias outras expressões, foram criadas a partir do lugar de fala daquele que não possui na pele a marca das intolerâncias sociais. Esse indivíduo também se utilizou da linguagem como mecanismo para defesa e afirmação. “Onde poderiam eles se justapor, senão no não lugar da linguagem? Mas esta, ao desdobrá-los, não abre mais que um espaço impensável” (FOUCAULT, 2002, p. 11).

Ele ainda afirma o seguinte em sua obra: As palavras e as Coisas:

O doente reúne e separa, amontoa similitudes diversas, destrói as mais evidentes, dispersa as identidades, superpõe critérios

diferentes, agita-se, recomeça, inquieta-se e chega finalmente à beira da angústia. O embaraço que faz rir quando se lê Borges é por certo aparentado ao profundo mal-estar daqueles cuja linguagem está arruinada: ter perdido o “comum” do lugar e do nome. Atopia, afasia (FOUCAULT, 2002, p. 14).

E ainda seguindo este pensamento de Foucault ele apresenta uma outra percepção para a compreensão da força da linguagem, mas agora apontando para outra direção: a ordem. A ordem seria a “rede secreta” onde tudo acontece de forma silenciosa, virtual, súpil, embranquecida, genocida, misógina, fenotípica, limitante e excludente.

Ele afirma:

A ordem é ao mesmo tempo aquilo que se oferece nas coisas como sua lei interior, a rede secreta segundo a qual eles se olham de algum modo umas às outras e aquilo que só existe através do crivo de um olhar, de uma atenção, de uma linguagem; e é somente nas casas brancas desse quadriculado que ela se manifesta em profundidade como já presente, esperando em silêncio o momento de ser enunciada (FOUCAULT, 2002, p. 16).

Como o discurso é uma prática social, acometido de ordens, falar sobre deficiência, assim como falar sobre racismo é uma prática apropriada para conscientização dessas questões no ambiente escolar. “Ao narrar suas vivências, concepções sobre a educação das relações étnico-raciais, os professores e professoras se modificam e se inserem no movimento de valorização das pessoas negras, que durante tanto tempo se restringia a uma ação exclusiva dos militantes da causa” (LIMA, 2015, p. 70).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atuando como docente há mais de 10 anos, apenas por duas vezes vivenciei a possibilidade de aplicar os poucos conhecimentos práticos frente a duas alunas deficientes. A primeira com registro formal, biológico e médico de deficiência intelectual e a segunda com deficiência auditiva

que só consegui identificar após relatos dos seus colegas de sala, já que a sua atuação não apontava qualquer “tratamento” especial. Ela conseguia fazer leitura labial e desta forma não tinha dificuldades em acompanhar o método generalista que utilizava em sala.

As duas situações foram tão diferentes, mas tão próximas, sendo que a minha forma de atuar, frente as alunas, não foi satisfatória. Isso porque o que executei foram orientações institucionais de como acompanhar e respeitar as limitações das duas. Não houve diálogo, não houve escuta, não havia respeito as identidades e nem tão pouco aplicações de práticas específicas.

Inicialmente houve a criação de uma metodologia que foi aplicada prioritariamente para correção e ajuda. Observava o andamento delas e caso fosse necessário faria pequenas modificações na forma de explanar os conteúdos. Como a timidez era um perfil da personalidade das duas as dificuldades só aumentavam, já que não expressavam o que sentiam e apenas nas avaliações tradicionais conseguia mensurar as suas reais impossibilidades e dificuldades.

Quando Lima (2015, p. 117) diz que os professores não estão preparados para exercer uma educação antirracista, consigo perceber exatamente o que ela quis expressar. As minhas práticas foram racistas e excludentes. Não consegui perceber a importância que era a verdadeira participação dessas alunas em minhas aulas, não com a minha observação se elas estavam ou não conseguindo acompanhar os conteúdos, nem tão pouco corrigindo-as ou ajudando-as, mas tornando-as integrantes efetivas naquele ambiente. Possibilitando a devida inserção daqueles indivíduos em ambientes ainda extremamente fechados, absorvidos por ordens e regras e limitados para questões tão próximas a todos nós.

O fato de entender os conceitos construídos e em processo de construção das palavras deficiência e deficientes e compreender que eles são específicos para áreas de estudo como a saúde e a área jurídica só potencializa que as questões identitárias, partindo do princípio destes campos de estudos são totalmente eliminadas. Isso porque

aparentemente não há um interesse em conhecer as histórias de resistência e de reconhecimento de povos antes tão marginalizados. A identidade em política, seria, nesse momento, fundamental para o processo educativo e de afirmação do ser.

A construção histórica é um fator limitante para a evolução das questões identitárias, já que conceitos hegemônicos e eurocêntricos foram embutidos em nossas práticas e isso não é afastado do ambiente escolar. A escola que deveria ser o espaço de luta e possibilitar o armamento intelectual dos grupos excluídos socialmente, devido a construção de discursos e mecanismos de punição termina por instituir um local de violência e prisão.

O corpo condenado ao suplício social das instituições deve seguir estilos morais e/ou políticos da supressão dos costumes, das vontades, dos sentimentos, do grito de dor e da possibilidade da fala. Práticas de humanidades disfarçam e anulam as dores de ordem social e minimizam as marcas visíveis apontadas pela deficiência como a surdez, a cegueira, a limitação física e a limitação intelectual. Essas também são práticas do ambiente educacional, pois não devemos desconsiderar que elas, as escolas, são instituições e como tal seguem regras e ordens, além de serem compostas por seres que por vezes não conseguem atuar da forma mais adequada (consigo encaixar-me nesse grupo).

O que deve ser levado em consideração, é exatamente o que objetiva essa pesquisa, que o indivíduo apontado biológica e socialmente como deficiente possui a sua identidade, sua história e isso não deve ser desconsiderado. A identidade deve ser vista como um ato de resistência e além de discorrermos sobre essa temática, devemos praticar e vivenciar. Que as linguagens sejam práticas concretas e singulares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal. Política Nacional da Pessoa com Deficiência. Secretaria de Atenção à Saúde — Ministério da Saúde, 2010.

DIAS Adiana. *Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal à narrativa capacitista social*. In: Anais do II Simpósio Internacional de Estudos sobre Deficiência; 2013; São Paulo. p. 5. DICIONÁRIO online de português. [2020]. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/>>. Acesso em: 10 maio. 2020.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. Trad. S. T. Muchail, São Paulo: Martins fontes, 2002.

GÓES, M.C.R. *Subjetividade, linguagem e inserção social: examinando processos de sujeitos surdos*. Trabalho apresentado VII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico – ANPEPP, Gramado-RS, 1998.

HALL, S. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LIMA, Maria Nazaré de. *Relações étnico-raciais na escola: o papel das linguagens*. Salvador, EDUNEB, 2015.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciênc. Saúde Colet*. Acesso em: 21 (10) Out 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n10/1413-8123-csc-21-10-3265.pdf>.

OMOTE, S. (1994) Deficiência e não deficiência: recortes do mesmo tecido. *Revista Brasileira de Educação Especial* 1(2): 65-73.

PEREIRA Amba. *A viagem ao interior da sombra: deficiência, doença crônica e invisibilidade numa sociedade capacitista*. 2008. Dissertação. Universidade de Coimbra, Portugal.

PERLIN, G. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, vol. 11, n. 2, Goiânia, 2008, p. 263-274.

SAETA, B.R.P. *O contexto social e a deficiência*. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*: 51-55, Universidade Presbiteriana Marckenzie, 1999. Acessado em: 20 de abril de 2020. Disponível em:

https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/47/Editora/Revista_Psicologia/Teoria_e_Pratica_Volume_1_-_Numero_1/artigo7.PDF

STREY, Marlene Neves. *Psicologia Social Contemporânea: Livro Texto*. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

VYGOTSKY, L.S. *Concrete human psychology*. *Soviet Psychology*, v. 2, n. 27, p. 53-77, 1989b.

VYGOTSKY, L.S. *Formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, L.S. *Fundamentos de defectologia*. Havana: Pueblo y Educación, 1989a.

VYGOTSKY, L.S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

VYGOTSKY, L.S. The genesis of higher mental functions. In: WERTSCH, J.V. (Org.). *The concept of activity in Soviet psychology*. Nova York: M.S. Sharpe, 1981.